

Por despacho do vereador do pelouro dos recursos humanos de 3 de Julho de 2006, foi nomeada, em regime de substituição, Cidália Maria Pereira Duarte (7807), técnica superior principal no cargo de directora de Departamento Municipal de Património Aproveitamentos, a partir de 3 de Julho de 2006.

(Não são devidos emolumentos — isento de visto de Tribunal de Contas.)

21 de Agosto de 2006. — O Director de Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Ángelo Rocha*. 3000214311

Aviso

Em cumprimento do disposto artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho do vereador dos recursos humanos de 11 de Maio de 2006, foi nomeada Maria de Lurdes Coelho Carreira Amaro, licenciada em Arquitectura, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de directora de Departamento Municipal de Planeamento Urbanístico, por possuir vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

Nota curricular

Tem como habilitações académicas a licenciatura em Arquitectura, pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (1983) e o mestrado em História da Arte em Portugal, pela Faculdade de Letras do Porto (2005).

Tem exercido a sua actividade profissional como quadro de Organismos do Estado — Administração Central e Local — nomeadamente na Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (Gabinete de Apoio Técnico de Moura), na Comissão de Coordenação da Região Norte (Gabinete de Apoio Técnico do Baixo Cávado), Câmara Municipal de Viana do Castelo, Câmara Municipal de Caminha e Câmara Municipal do Porto.

Desenvolveu e acompanhou trabalhos de várias ordens destacando-se a concepção de equipamentos, loteamentos e espaço público, Planeamento e Gestão Urbanística.

Exerceu funções de chefia, como chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Caminha (1998/2002), chefe da Divisão de Estudos Urbanísticos da Câmara Municipal do Porto (2002/2003) e directora do Departamento de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal do Porto (desde Maio de 2003).

Torna-se público que, por despacho do vereador dos recursos humanos de 11 de Maio de 2006, foi nomeado Aníbal António Caldas Lousa, licenciado em Arquitectura, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de chefe de Divisão Municipal de Gestão Urbanística I, por possuir vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

Nota curricular

Licenciado em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, a 31 de Julho de 1983, com a classificação final de 13 valores.

Frequência, entre outras, das seguintes acções de formação:

1985 — O Plano Director Municipal — o Ordenamento e a Gestão Municipal, promovido pela Comissão de Coordenação da Região Norte (24 horas).

1988 — Seminário sobre segurança contra incêndios em estabelecimentos abertos ao público.

Procedimentos da avaliação e organização da encomenda e dos concursos de arquitectura e urbanismo.

Curso de desenho assistido por computador — *autocad*.

1996 — Curso introduzindo *arcad*, promovido pelo Laboratório de Sistemas de Informação Geográfica do Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho.

1998 — Seminário Regional «Sistema Urbano Nacional — Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais». Promovido pela DGOTDU.

Licenciamento de Obras Particulares, promovido pela CCRN (12 horas).

2000 — Curso «Licenciamento de Obras Particulares» promovido pela Sol do Ave — Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave (27 horas).

2001 — Acção de formação «Loteamento e Obras Particulares — O Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro», promovido pela Futurforma (15 horas).

Acção de formação «O Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial» promovido pela Futurforma (15 horas).

2005 — Curso de formação para Altos Dirigentes da Administração Local, realizado pelo CEFA (30 horas).

Categoria profissional:

Arquitecto assessor principal do quadro da Câmara Municipal do Porto.

Experiência profissional:

1982-1983 — Inicia a actividade profissional como colaborador no gabinete do Arquitecto António Augusto de Oliveira Barros, no Porto.

1983-1984 — Exerce actividade docente como professor de educação visual na Escola Secundária de Rio Tinto.

1984-1988 — Exerce actividade docente como professor de educação visual na Escola Secundária Tomás Pelayo, em Santo Tirso.

Executa, em regime de profissão liberal, diversos projectos.

1989-1993 — Ingressa, através de concurso público, no quadro técnico da Divisão de Projectos e Fiscalização, da Câmara Municipal de Guimarães, como arquitecto de 2.ª classe.

1993-1999 — Ingressa no quadro técnico da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, como arquitecto de 2.ª classe, na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística.

1999-2003 — Exerce desde 1 de Agosto de 1999, em comissão de serviço, o cargo de chefe de Divisão de Gestão Urbanística, do Departamento de Urbanismo e Habitação, da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

2003-2006 — Em 1 de Julho de 2003, ingressa no quadro de pessoal da Câmara Municipal do Porto, onde exerce o cargo de chefe de Divisão Municipal de Gestão Urbanística.

Torna-se público que, por despacho do vereador dos recursos humanos de 11 de Maio de 2006, foi nomeada Maria Alexandra Martins Pinheiro de Magalhães Pereira Rodrigues, licenciada em Geografia, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de chefe de Divisão Municipal de Cartografia e Cadastro, por possuir vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

Nota curricular

Licenciada em Geografia pela Universidade do Porto em 1984.

Desempenhou funções de técnica superior entre 1986 e 1990 na Comissão de Coordenação da Região Norte. Iniciou funções na CMP em 1990, exercendo o cargo de chefe de divisão desde 1996. Coordenadora operacional do Grupo de Trabalho do SIOU (INE/CMP); foi membro do Grupo de Trabalho da DMPGU no Estudo de Reorganização dos Serviços do Urbanismo desenvolvido pela INOVA; membro do Grupo de Trabalho da DMU no âmbito do programa Nacional de Qualificação de Quadros Dirigentes e Chefias Intermédias — PRONADI das autarquias locais.

Torna-se público que, por despacho do vereador dos recursos humanos de 11 de Maio de 2006, foi nomeada Maria Eduarda de Sousa Reis Baptista, licenciada em engenharia civil, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de chefe de Divisão Municipal de Gestão Urbanística II, por possuir vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

Nota curricular

Licenciada em Engenharia Civil, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Pós-graduada em Engenharia Municipal — especialização em Planeamento Urbanístico, pela Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

Membro efectivo da Ordem dos Engenheiros, com a cédula profissional n.º 21 762.

Destacam-se as seguintes acções de formação:

O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação — Decreto-Lei n.º 555/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001.

Casa do Infante — Porto.

Formação para Altos Dirigentes da Administração Local — CEFA. Planetário do Porto.

Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP).

Câmara Municipal do Porto.

PRONADI — Programa Nacional de Qualificação de Quadros Dirigentes e Chefias Intermédias das Autarquias Portuguesas — Direcção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.

Entre 1986 a 1992 — desempenho de funções de engenheiro civil em gabinetes de engenharia.

Entre 1992 a 1994 — actividade desenvolvida nos Serviços Municipalizados de Vila Nova de Gaia, no âmbito da Análise e Elaboração de Projectos e Fiscalização de Obras.

Entre 1994 a 2003 — actividade desenvolvida na Câmara Municipal do Porto, na Direcção Municipal de Urbanismo como gestora de Processos de Licenciamento de Obras Particulares.

Entre 2004 a 2005 — nomeação para o cargo de chefe de Divisão Municipal de Fiscalização, Segurança e Salubridade da Direcção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.

A partir de Abril de 2005 — nomeação para o cargo de chefe de Divisão Municipal de Gestão Urbanística II da Direcção Municipal de Urbanismo da C. M. P.

Pela ordem de serviço do presidente da Câmara de 30 de Maio de 2005, foi nomeada, em regime de substituição, Manuela Maria Martins Bernardes André (5897), técnica superior urbanista principal no cargo de chefe de Divisão Municipal do Gabinete de Comunicação e Imagem a partir de 30 de Maio de 2005.

21 de Agosto de 2006. — O Director de Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Angelo Rocha*. 3000214314

Aviso

Em cumprimento do disposto artigo 19.º, n.º 5, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável por força no disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 3 de Julho de 2006, foi nomeado José Francisco Angelino Branco, mestre em Administração Pública, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director municipal de Finanças e Património, por possuir vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Formação académica — mestre em Administração Pública, Universidade do Minho.

Conhecimento de línguas — francesa e inglesa.

Categoria profissional — especialista de informática grau 3, nível 2.

Carreira e experiência profissional:

Secretaria-Geral do Ministério da Economia — Secretário-Geral Adjunto (1 de Fevereiro de 2006 a 2 de Julho de 2006).

Câmara Municipal do Porto — director do Departamento Municipal de Património e Aprovisionamento (1 de Outubro de 2004 a 31 de Janeiro de 2006). Os principais projectos que dinamizou foram: Compras Electrónicas e Racionalização dos Edifícios (REDI).

Faculdade Ciências Universidade do Porto — director dos Serviços Financeiros e Patrimoniais (1 de Fevereiro de 1997 a 30 de Setembro de 2004), onde foi responsável pela reestruturação do subsistema financeiro da faculdade, pela sua informatização e pela implementação do Poc-Educação. Integrou, ainda, a equipa responsável pela «Formative Evaluation of Universities' ICT Strategies» da U. P.

Direcção-Geral da Aviação Civil — director dos Serviços Administrativos (23 de Maio de 1994 a 31 de Janeiro de 1997), onde se destaca a implementação do SIC — Sistema de Informação Contabilística, no âmbito da RAFE (Reforma da Administração Financeira do Estado).

Direcção-Geral da Contabilidade Pública — chefe de divisão de Sistemas de Informação (14 de Abril de 1993 a 22 de Maio de 1994), sendo de relevar a sua participação no grupo de trabalho responsável pela concepção e implementação da RAFE na Administração Central. Foi ainda coordenador da equipa responsável pelo desenvolvimento da Base de Dados de Auditoria.

Instituto de Informática — técnico superior (8 de Abril de 1988 a 13 de Abril de 1993), onde desempenhou funções de consultor de desenvolvimento organizacional, tendo elaborado alguns estudos e trabalhos para a Administração Central e Local de que se destaca o SPPOC — Sistema de Planeamento, Programação, Orçamentação e Controlo, que viria a servir de modelo conceptual para o desenvolvimento do SIC — Sistema de Informação Contabilística.

Direcção-Geral da Contabilidade Pública — técnico contabilista (6 de Fevereiro de 1987 a 7 de Abril de 1988).

Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos — técnico de administração (24 de Fevereiro de 1986 a 5 de Fevereiro de 1987).

Outras actividades relevantes.

Desde 2005, presidente do conselho fiscal da ANFUP (Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas); desde 2002, presidente da delegação da ANFUP da Universidade do Porto; desde 1998, vogal do conselho fiscal da Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Formador certificado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, tem colaborado com várias entidades públicas e privadas, no âmbito da formação profissional, seminários e *workshops*, sendo de destacar a sua colaboração com o INA (Instituto Nacional Administração), nas áreas da gestão pública (gestão por objectivos), contabilidade pública e orçamento.

Estudos/publicações:

«A Reforma da Gestão Pública — o plano e o relatório de actividades como instrumentos de gestão», Universidade do Minho, 2003.

«Rede de Águas — Protótipo», Instituto de Informática, 1991.

«Modelo Informacional das Áreas Comuns da A. P. — Relatório de Enquadramento» (co-autoria) Instituto de Informática, 1991.

«Modelo Informacional das Áreas Comuns da A. P. — Subsistema de Recursos Financeiros» (responsável pela equipa), Instituto de Informática, 1991.

«Potencialidades de utilização de um modelo normalizado de uma organização no estudo da informatização das Câmaras Municipais» (co-autoria) in 6.º Congresso Português de Informática, Associação Portuguesa de Informática, 1990, pp. 894-917;

«Sistema de Planeamento, Programação, Orçamentação e Controlo: um modelo para aplicação na Administração Pública Portuguesa» (co-autoria) Instituto de Informática, 1989.

22 de Agosto de 2006. — O Director de Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Angelo Rocha*. 3000214387

Aviso

Rui Rio, licenciado em Economia, presidente da Câmara Municipal do Porto, torna público que, em reunião da Assembleia Municipal de 10 de Julho de 2006, foi aprovado o Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público.

Faz ainda saber que, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, o projecto de Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 2 de Fevereiro de 2006, foi submetido a apreciação pública.

Assim, e para os devidos efeitos legais, a seguir se republica o Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público, com as alterações e aditamentos que lhe foram introduzidos.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Rui Fernando Silva Rio*.

Regulamento de Publicidade, Propaganda Política e Eleitoral e Outras Utilizações do Espaço Público

Preâmbulo

O presente Regulamento de Publicidade e Outras Utilizações do Espaço Público tem por objectivo responder à necessidade inequívoca de estabelecer critérios minimamente uniformes para o licenciamento e fiscalização da actividade publicitária e de outras utilizações do espaço público no âmbito das competências do município do Porto.

Num enquadramento urbano fortemente marcado pelo protagonismo do espaço público, lugar de vivência e pertença de todos os municípios, ganha assumida importância a concretização de uma normativa que objective de forma coerente os princípios essenciais relativos às condições de ocupação e utilização do mesmo.

A valorização da imagem urbana da cidade, claramente dependente destas condicionantes, é, assim, um dos propósitos deste projecto que procura, simultaneamente, legitimar alguns procedimentos e regras correntes ao nível do actual acompanhamento dos processos bem como dar cumprimento ao disposto na Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto.